



Bolsas
Na quinta-feira

0,76%

São Paulo

0,51%

Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

96.551

99.033

18/7

19/7

20/7

21/7

Salário mínimo

R\$ 1.212

Dólar
Na quinta-feira

R\$ 5,496

(+ 0,65%)

Euro
Comercial, venda na quinta-feira

R\$ 5,615

Capital de giro
Na quinta-feira

6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,43%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2022

1,01

Março/2022

1,62

Abril/2022

1,06

Maió/2022

0,47

Junho/2022

0,67

CONJUNTURA

Com o cofre cheio

Arrecadação de impostos bate recorde em junho, com um crescimento de 18%, e chega a R\$ 118,04 bilhões. Enquanto o ministro Paulo Guedes afirma que o Brasil está na contramão da crise, especialistas ressaltam os efeitos da inflação

» ROSANA HESSEL

A escalada da inflação tem ajudado a engordar os cofres públicos como nunca, pois todo brasileiro está pagando mais imposto para o Leão sobre os produtos e itens mais caros. Segundo dados da Receita Federal divulgados ontem, a arrecadação de junho cresceu 18%, em termos reais (descontada a inflação), somando R\$ 118,04 bilhões. Foi o terceiro melhor resultado do Fisco no ano e o maior para os meses de junho da série histórica da Receita Federal, iniciada em 1995. O levantamento baseia-se no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumula alta de 11,89% nos 12 meses encerrados em junho.

No primeiro semestre do ano, o total de tributos recolhidos pelo Leão chegou a R\$ 1,089 trilhão — 11% superior, em termos reais, ao volume registrado no mesmo período de 2021 e também recorde histórico. Os números foram apresentados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele fez questão de reafirmar que o aumento da arrecadação é fruto de uma retomada econômica e minimizou a influência da carestia na arrecadação. Além disso, garantiu que o país está no rumo do crescimento sustentável, apesar do aumento dos juros. “O Brasil está no início de um longo ciclo de crescimento econômico, apesar dos juros altos”, disse.

O Banco Central tem elevado a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, na tentativa de colocar a inflação abaixo do teto da meta — algo que não conseguiu no ano passado e vai fracassar neste ano também. A tendência é que a Selic continue subindo e permaneça em patamares elevados até o próximo ano. Analistas do mercado estimam crescimento perto de zero em 2023, na melhor das hipóteses. Mas Guedes segue otimista. “O Brasil vai continuar surpreendendo”, avisou. Ele voltou a afirmar que o mundo está em um processo de “desaceleração sincronizada” e vários países devem entrar em recessão. Mas o Brasil caminhará na contramão, com emprego e renda subindo e a arrecadação surpreendendo. “O fato é que o Brasil está crescendo. As contas externas e as contas públicas estão em ordem. O resto é narrativa”, completou.

O secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, também comemorou o resultado e disse que os números de junho foram “surpreendentes”. Segundo ele, as desonerações de impostos implementadas

neste ano não prejudicaram a arrecadação do semestre. Conforme os dados do órgão, o impacto das reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de PIS-Cofins sobre combustíveis foi de R\$ 5,8 bilhões e de R\$ 5,1 bilhões, respectivamente, totalizando R\$ 10,9 bilhões, ou seja, praticamente o dobro do valor que deverá ser contingenciado.

Um dos principais motivos do aumento da arrecadação, segundo Guedes, foi a retomada da economia. Ele e os técnicos lembraram que essa recuperação ajudou a melhorar o resultado das empresas e, com isso, o recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL) cresceu 21,54% no acumulado do ano, somando R\$ 258,5 bilhões.

Contudo, quando esse dado é segregado por ramos de atividade, o fator preço pesa mais. A receita com esses tributos no setor de combustíveis — um dos vilões da inflação — teve um salto de 1.691,4%, para R\$ 21,15 bilhões, enquanto o segundo maior volume, com o setor de extração de minerais, aumentou 30,88% no mesmo período, para R\$ 24,96 bilhões.

Outro dado apontado pelo Fisco foi o crescimento real de 62,82% na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) — Capital, em razão do desempenho dos fundos e títulos de renda fixa, devido aos juros elevados na casa de dois dígitos, um freio considerável para a atividade neste segundo semestre.

A economista Juliana Damasceno, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, lembra que a receita está crescendo, mas o recolhimento de tributos como IRPJ/CSLL é sazonal. Logo, não há garantia de novos recordes de arrecadação nos próximos meses. “Uma parte dessa receita acima do esperado está ligada com a atividade econômica, mas o componente preço ainda está presente, especialmente porque o IPCA não é um bom espelho para expurgar o efeito da inflação da base tributária”, alertou.

Ela lembrou ainda que existe uma parte da melhora da arrecadação relacionada à atividade que não é estrutural, principalmente, quando houver acomodação do ciclo de alta dos preços das commodities. “É muito difícil acreditar que será possível manter a arrecadação nos níveis atuais quando se espera um processo desinflacionário em meio aos efeitos contracionistas da política monetária”, alertou.

Leão guloso

A arrecadação de tributos federal bateu recorde histórico no mês de junho e no acumulado do ano, com crescimento real — descontando a inflação oficial —, conforme dados do Fisco



Corte de R\$ 5 bi apesar da receita extra

O Ministério da Economia informou que divulgará hoje, no *Diário Oficial da União (DOU)*, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre de 2022. A expectativa é de que, apesar dos aumentos recordes da arrecadação no ano, o documento ainda terá uma previsão de corte de despesas para o cumprimento da regra do teto de gastos em torno de R\$ 5 bilhões.

A publicação do relatório é uma obrigação do Executivo prevista na Lei de Responsabilidade

Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De acordo com analistas, o contingenciamento deverá ocorrer devido às novas despesas que surgiram desde o último relatório bimestral, divulgado em maio. Uma delas foi a derrubada do veto à Lei Paulo Gustavo, que gerou um gasto adicional de R\$ 3,9 bilhões para o fomento de atividades culturais. Além disso, uma previsão maior de gastos previdenciários e o desbloqueio de R\$ 2,5 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Tecnológico (FNDCT) devem entrar na conta.

“Para o cidadão comum fica difícil entender como o governo anuncia uma arrecadação recorde e, mesmo assim, terá que cortar despesas do Orçamento. A questão é a emenda do teto de gastos, que obriga o governo a limitar algumas despesas corrigidas pela inflação do ano anterior”, observou o especialista em contas públicas Gil Castelo Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. Ele lembrou que alguns

órgãos já reclamaram da tesourada, como os ministérios da Defesa e da Educação, além da Polícia Federal. O detalhamento dos cortes, entretanto, deverá ocorrer apenas no fim do mês.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), ressaltou que o contingenciamento independe do resultado da receita. “O corte está sendo feito pela restrição que ocorre no teto de gastos. Então, mesmo com um resultado mais forte na arrecadação, a restrição em relação aos gastos não muda”, frisou.

Apesar da divulgação do relatório hoje, a entrevista coletiva com os integrantes do Ministério da Economia para detalhar o documento ocorrerá somente na segunda-feira (25). A assessoria da pasta disse que o adiamento da entrevista ocorreu porque o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, tem uma reunião, hoje, do conselho de uma empresa. A remuneração de cada conselheiro dessa companhia gira entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil. (RH)

BCE eleva juro após 11 anos

» ISADORA ALBERNAZ*

O Banco Central da Europa (BCE) anunciou, ontem, a primeira elevação de sua taxa básica de juros desde 2011. O aumento foi de 0,5 ponto percentual e segue a tendência das demais autoridades monetárias pelo mundo. A medida demonstra uma tentativa da instituição de conter a alta inflação na zona do euro que, em junho, atingiu o recorde de 8,6%. Além disso, o BCE antecipou que novos ajustes devem ocorrer nos próximos meses.

Alta das taxas já era esperada, porém veio superior ao previsto. Anteriormente, o banco apontava para uma alta de 0,25 p.p dos juros básicos, mas decidiu adotar medidas mais agressivas, em decorrência do contexto inflacionário vivido na região. Segundo a presidente da instituição, Christine Lagarde, a inflação nos países que utilizam o euro como moeda está “indesejavelmente alta”.

De acordo com a autoridade monetária, novos aumentos ocorrerão no futuro, a fim de conter a inflação de 2%. O próximo encontro está marcado para setembro.

Segundo Antonio Carlos de Santos, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a situação na Europa estava “insustentável”. “Se você aumentar (as taxas de juros), piora a performance econômica. Com os juros subindo, a recessão na Europa torna-se mais provável. Mas se você não sobe, a inflação pode continuar subindo”, explicou.

O aumento dos juros básicos é uma consequência da inflação histórica causada, principalmente, pela guerra entre Rússia e Ucrânia. O conflito afeta especialmente o abastecimento em todo o continente europeu. Para Felipe Queiroz, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), “a expectativa inicial era de 0,25, porém o efeito multiplicador na economia produzido pelo petróleo e o impacto causado pelo contingenciamento de grãos vão muito além do que esperavam”, observa. “A inflação é a pior da série histórica da zona do euro, e isso altera toda a regra do jogo”, acrescenta.

Mercado

O impacto da decisão do BCE foi sentido pelas bolsas de valores ao redor do mundo. O Ibovespa fechou o pregão com 99.033,17 pontos, um aumento de 0,76%. Acompanhou o movimento de alta no mercado norte-americano, como ocorreu com Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq. Já na Europa, os mercados oscilaram. Na Itália e em Frankfurt, na Alemanha, foi registrada queda de 0,71% e de 0,27%, respectivamente. Enquanto Londres subiu 0,21% e Paris, 0,27%.

De acordo com o head de renda variável da W1 Capital, Caio Tonet, a preocupação do mercado é a fragmentação do bloco europeu. “Preocupa essa possível fragmentação em um momento em que a taxa de juros vai começar a subir na Europa. Alguns países podem ser mais prejudicados, talvez até se aproximando cada vez mais de calotes”, concluiu.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza